

LITERATURA COMPARADA: TRANSCULTURAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO

Ivete Lara Camargos Walty*

ABSTRACT: *reflections on the place of literature in the society, considering the efficient relation between the written word and the formation of the bourgeois public space, either at the time of its formation in Europe (HABERMAS, 2003) and in its late formation in Brazil (CANDIDO, 1976; SANTIAGO, 2004). Resuming the relation between the written word and other media, one intends to revisit the concept of transculturation in its relation with the concept of multiculturalism, considering the places of the illiterate people in the Brazilian cultural production. Furthermore, one aims to study possible movements and interactions among different social groups and their interventions in this space, including in it the street and the mediatic forms, and, more than that, the Comparative Literature itself in its transdisciplinary aspect.*

KEYWORDS: *comparative literature, transculturation, multiculturalism, public space, social exclusion*

Em suas considerações sociológicas sobre a função da literatura na cultura brasileira, Antonio Candido mostra como “a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros”. Afirma em seguida que “no período em que a nossa literatura ganhou corpo (do século XVIII ao século XIX), eram muito restritos os grupos sociais ao seu alcance” (CANDIDO, 1976, p. 132).

Com o advento do Modernismo, considerado no sentido amplo como o “movimento cultural brasileiro de entre as duas guerras, correspondente à fase em que a literatura [...] coopera com os outros setores da vida intelectual” (CANDIDO, 1976, p. 132), a inteligência teria tomado “consciência da presença das massas como elemento construtivo da sociedade”(CANDIDO, 1976, p. 134). Diz o autor:

Pode-se dizer que houve um processo de convergência, segundo o qual a consciência popular amadurecia, ao mesmo tempo em que os intelectuais se iam tornando cientes dela [...] A destruição dos tabus formais, a liberação do idioma literário, a paixão pelo dado folclórico, a busca do espírito popular, a irreverência como atitude: eis algumas contribuições do Modernismo que permitiriam a expressão simultânea da literatura interessada, do ensaio histórico-social, da poesia libertada (CANDIDO, 1976, p. 135).

* Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

Evidenciando a mudança da relação entre o público, em desenvolvimento na época, e o escritor, então com mais possibilidade de publicar seus textos, Antonio Candido chama nossa atenção para o fato de que esse novo público, “à medida que crescia, ia sendo rapidamente conquistado pelo grande desenvolvimento dos novos meios de comunicação” (CANDIDO, 1976, p. 135). E continua:

Viu-se então que, no momento em que a literatura brasileira conseguia forjar uma certa tradição literária, criar um certo sistema expressivo que a ligava ao passado e abria caminhos para o futuro, – neste momento as tradições literárias começavam a não mais funcionar como estimulante. Com efeito, as formas escritas de expressão entravam em relativa crise, ante a concorrência de meios expressivos novos, ou novamente reequipados, para nós, – como o rádio, o cinema, o teatro atual, as histórias em quadrinhos (CANDIDO, 1976, p. 137).

Observe-se que um dos elementos mais importantes a ser considerado no momento de formação da literatura brasileira foi justamente o grande contingente de iletrados¹ que permeava o público receptor das obras, que não seria, por isso mesmo, necessariamente um público leitor. Antonio Candido considera que esse público de auditores acabou por interferir no estilo da escrita das obras publicadas para atingir aqueles que não liam, através de recursos retóricos eficientes.

No ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” (1986), o crítico Antonio Candido retoma o assunto e mantém a defesa da alfabetização fonética, que ele julga fortemente ameaçada pela cultura de massa. Silviano Santiago, comentando tal postura, preconiza o alargamento dos conceitos de alfabetização e leitura, para que possam acolher a recepção de outras formas culturais. Diz Santiago:

Em outras palavras: um homem de boa vontade hoje, um cidadão, mesmo analfabeto, tem uma quantidade de informação que ultrapassa, e muito, a informação que tinha um homem de boa vontade, um cidadão, mesmo alfabetizado, há meio século. O grave problema é o de saber como transformar a quantidade de informação em conhecimento, como conduzir um cidadão a incorporá-la qualitativamente para que dela se possa valer na sua compreensão da sociedade e do mundo em que vive. Já sabemos que, nos países periféricos, não será pela simples e espinhosa alfabetização fonética (SANTIAGO, 2004, p. 129).

A recorrência a esses críticos que atuaram e atuam na interface da literatura e da sociologia faz-se necessária para traçar o quadro de sustentação da reflexão que se pretende apresentar aqui. Este quadro evidencia movimentos culturais entre grupos sociais, entre diferentes mídias e entre diferentes expressões culturais, e, por isso mesmo, compreende o conceito de espaço público, tomado como um lugar de interseção entre o Estado e a sociedade civil. Se se considera, com Habermas (2003), o papel da literatura na formação do espaço público burguês, pode-se constatar o alijamento dos não-letrados desse espaço. Se isso já ocorria na França, Inglaterra e Alemanha, países utilizados pelo autor, para o delineamento daquilo que seria visto como o espaço público burguês, o que ocorreu e ainda ocorre no Brasil, cujas dificuldades sociais complicam a situação, pode ser deduzido.

¹“Os analfabetos eram no Brasil, em 1890, cerca de 84%; em 1920 passaram a 75%; em 1940 eram 57%” (CANDIDO, 1976, p. 137).

Considerando-se, pois, em um primeiro momento, a eficiente relação entre a palavra escrita, sobretudo a literária, e a formação do espaço público burguês, seja no momento de sua formação na Europa, como bem mostra Habermas (2003), seja em sua formação tardia no Brasil; considerando-se, posteriormente, a relação entre a palavra escrita e outras mídias, pretende-se revisitar o conceito de transculturação em sua relação com o de multiculturalismo², tendo em vista os lugares dos iletrados na produção cultural brasileira. Inicialmente, tal proposta pode parecer bizarra, já que em geral o conceito de transculturação é usado para tratar de fenômenos de trocas culturais entre povos diversos, como o mostra Fernando Ortiz (1963), primeiro a forjar e utilizar tal conceito para o estudo da cultura cubana. Considere-se, no entanto, que diferentes esferas culturais estão contidas em cada sociedade e é principalmente delas que se vai tratar, pensando paradoxalmente na reconfiguração dos mapas e no questionamento das relações sociais e culturais.

Antes, porém, faz-se fundamental voltar ao conceito cunhado por Ortiz, como “los variadísimos fenómenos que se originan en Cuba por las complejíssimas transmutaciones de culturas” (ORTIZ, 1963, p. 99), que explicariam a evolução do povo cubano. Diz o autor:

Entendemos que el vocablo transculturación expresa mejor las diferentes fases de proceso transitivo de una cultura a otra, porque éste no consiste solamente en adquirir una distinta cultura, que es lo que en rigor indica la voz anglo-americana *aculturation*, sino que el proceso implica también necesariamente la pérdida o desarraigo de una cultura precedente, lo que pudiera decirse una parcial desculturación y, además, significa la consiguiente creación de nuevos fenómenos culturales que pudieran denominarse de neoculturación (ORTIZ, 1963, p.103).

Entusiasta do novo termo, assim define Malinovski o fenômeno, no prefácio da edição de 1940 da obra de Ortiz:

[...] un proceso en el cual siempre se da algo a cambio de lo que se recibe, un proceso en el cual emerge una nueva realidad, compuesta y compleja; una realidad que no es una aglomeración mecánica de caracteres, ni siquiera un mosaico, sino un fenómeno nuevo, original e independiente. (MALINOVSKI, 1963, p. XIII).

Embora nem sempre se ressalte que a transculturação é atravessada pela valorização de alguns elementos em detrimento de outros, o próprio Ortiz já apontava para o processo de alijamento e desinvestimento cultural sofrido, por exemplo, pelo negro em sua vinda da África para Cuba, com a poderosa mediação do europeu.

Também Malinovski deixa, inconscientemente, transparecer essa problemática, quando preconiza uma troca intelectual e acadêmica entre Cuba e os Estados Unidos, usando, sobretudo, o futuro do pretérito:

[...] las mismas reflexiones que hacíamos más arriba, al analizar el fenómeno de la transculturación, pueden ser aquí repetidas si la transponemos a otro campo un tanto diferente. La interdependencia es mutua. Cuba, junto a México, es el más próximo de esos pueblos latinoamericanos donde “la política del buenvecino” *debería ser establecida* con toda la inteligencia,

² Muitos são os outros conceitos com que estes se relacionam – hibridismo, mestiçagem, heterogeneidade, entre outros. Dada a sua complexidade, não se pretende desenvolver aqui essa relação.

previsión y generosidad de que son ocasionalmente capaces los estadistas y hasta los magnates financieros de los Estados Unidos (MALINOVSKI, 1963, p. XVIII – grifos meus).

Em seguida, no mesmo tom, ele prevê possíveis “fecundas relações” entre os dois países:

Si algunas de las grandes y riquísimas fundaciones culturales de los Estados Unidos quisieran contribuir a la creación de sendos institutos de investigaciones económicas y sociales en estos países, ello podría hacer mucho, muchísimo, por la mejor comprensión mutua y la mayor cooperación económica entre las diversas naciones de este hemisferio. Cuba es en esto el punto sobresaliente de la América Latina; el más adecuado para constituir allí un *clearinghouse* de informaciones, ideas, influjos y movimientos culturales que sean expresivos de buena voluntad y de efectiva inteligencia mutua (MALINOVSKI, 1963, p. XIX).

Décadas mais tarde, em outro momento histórico, Antonio Candido corrobora, ainda que por outras razões, esse pensamento sobre o lugar especial ocupado por Cuba no cenário latino-americano. Depois de afirmar que o contato entre escritores latino-americanos se fazia principalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde se incentivaria, aliás, mais do que entre nós mesmos, a consciência de nossa afinidade intelectual, Antonio Candido, idealisticamente, relativiza tal afirmação, acrescentando que a situação teria mudado desde 1969, pois Cuba seria, então, espaço de “encontro de artistas, cientistas, escritores, intelectuais latino-americanos, que assim podem conviver e trocar experiências sem a mediação dos países imperialistas” (CANDIDO, 1987, p. 5).

Para a continuação dessa reflexão, é preciso lembrar Rama (1985) e sua percepção do papel do escritor no processo de transculturação literária. Marcada por um movimento operado na língua, da estrutura narrativa e da cosmovisão, a transculturação literária operaria a incorporação das mudanças trazidas pelas vanguardas em diálogo com os elementos tradicionais, em um movimento seletivo e criativo. Evidenciando o papel dos narradores transculturadores, Rama deixa transparecer sua plena consciência do lugar ocupado pelo escritor em sua função mediadora. Basta lembrar que o mesmo autor refletiu sobre a cidade letrada e sua força articuladora e controladora (RAMA, 1985) e, por isso mesmo, descreve o uso ambíguo da língua com fins de ambientação realista como reflexo fiel da estrutura social e do lugar superior que dentro dela ocupa o escritor. É então que diz: “se este se aproxima dos estratos inferiores, não deixa de confirmar linguisticamente seu lugar mais elevado, devido a sua educação e seu conhecimento das normas idiomáticas, que o distancia do baixo povo” (RAMA, 1982, p. 410). Angel Rama constata, então, o papel da literatura como reforçadora da identidade, da nacionalidade, reproduzindo a ideologia da época marcada pela modernização como valor mundial a ser buscado, o que faz coincidir seu pensamento com o de Antonio Candido e outros intelectuais de seu tempo.

As mais recentes críticas ao conceito de transculturação de Ortiz, principalmente como retomado por Angel Rama, diz respeito, justamente, a uma sujeição do conceito à “modernidade eurocêntrica” (MOREIRAS, 2001, p. 224), ou à redução do cultural ao letrado, do letrado ao urbano, do latino-americano ao hegemônico (MORAÑA, 1997, p. 142). Também os estudos da subalternidade têm acentuado, como bem mostra Livia Reis (2005, p. 484), a percepção hegemônica que norteia a noção de transculturação, vista, por exemplo, como uma etapa necessária por que passam os povos colonizados da

América Latina, diante do impacto da modernização.

Moreiras tem razão ao dizer que o suicídio de Arguedas, autor de *El zorro de arriba y el zorro de abajo*, provoca a implosão do significado, questionando a possibilidade da transculturação, enquanto forma de acomodação posterior à aculturação. Sua postura, no entanto, carece da percepção de que Rama não cria a situação, apenas a descreve, como o próprio Ortiz. Afinal Arguedas, mesmo registrando seu suicídio, ou por isso mesmo, valeu-se do recurso da escrita elaborada em que deixou gravado o “mundo buliçoso e degradado de Chimbote”, “microcosmo que reúne los cambios económicos y sócio-culturales que afecta el país como nación periférica” (FELL, 1997, p. XXI). Promove, assim, uma junção de enunciações que pode provocar o mal-estar do leitor e, ao mesmo tempo, as leituras possíveis do processo, aí incluindo a do próprio Moreiras. Não é sem razão que Mabel Moraña, por exemplo, situa cuidadosamente o conceito de Rama em seu tempo de enunciação, concluindo que:

La teoría da transculturación explora a su manera un vacío principal juzgado por algunos la gran “anomalía” de la teoría marxista aplicada a América Latina: el de la formación de naciones en tanto etapas previstas a la instancia internacionalista y el de la formación y coexistencia de diversas proyectos y subjetividades colectivas capaces de interpelar a la nación burguesa desde adentro (MORAÑA, 1997, p. 143).

Nesse sentido, cumpre-me registrar a análise feita por De la Campa (1994) do conceito nas obras de Ortiz e de Rama. A partir da ideia de heterogeneidade discursiva, analisa o texto de Ortiz, o que o leva a cunhar o conceito de transculturação como forma. Mostra então como a obra de Ortiz, em seu processo enunciativo, revela uma subjetividade escritural e a própria fatura intertextual da transculturação, marcada pelas tensões dialéticas e dialógicas. Retomando o livro *Culturas híbridas*, de García Canclini, De La Campa (1994) ressalta as relações de transculturação, chamada pelo autor mexicano naquela época de reconversão cultural, observadas por ele na organização da sociedade pós-moderna. É então que observa o trânsito de agentes culturais entre o que se dava como arte culta e a popular, dos artesões pelas ruas da cidade, da tradição popular com o discurso da mídia televisiva. Mostrando como Canclini analisa a relação entre mercado e cultura, por meio de novas estratégias de abertura e reconversão, De La Campa se interroga se essa percepção crítica seria suficiente para se reivindicar uma autonomia ou autoctonia dos valores culturais latino-americanos. Registra então que essa questão está presente no texto de Canclini e que resta a sugestão de uma intertextualidade ampla e desafiante de toda política de montagem bem como a do aparato ideológico que a sustenta. Importa ressaltar, no entanto, que uma resposta definitiva a essa questão contrariaria a própria teoria de Canclini, dado que a identidade de tais produtos culturais só se constrói nas relações sociais, sejam elas entre grupos locais e regionais, sejam elas entre países. Isso, aliás, é o que Canclini vai discutir em um livro mais recente *Diferentes, desiguais e desconectados* (2005), como se verá adiante.

Também preocupado com a heterogeneidade na construção identitária da América Latina, Cornejo-Polar (2000) aponta para o fato de que o conceito de transculturação, associado ao de mestiçagem, poderia conter um fator de homogeneização de alto risco. Tal homogeneização só se efetiva, no entanto, se não se leva em consideração os lugares de enunciação dos sujeitos envolvidos. Observe-se que a discussão do conceito na própria América Latina aponta ora para seus aspectos

positivos, ora para os negativos. Em todos eles, no entanto, observa-se a preocupação com o lugar marginal de alguns grupos sociais, ou, mais do que isso, com o lugar marginal da(s) própria(s) cultura(s) latino-americana(s). A esse respeito, diz Mabel Moraña:

El tema del estatuto de lo popular en las formaciones sociales de la modernidad y de la diseminación y articulación de sus contenidos dentro de los discursos dominantes continua siendo un desafío para la crítica cultural. La microsociología populista de García Canclini, como los análisis de la modernidad periférica en la obra de Beatriz Sarlo, intentan avanzar por el camino de la globalidad analizando las diversas formas culturales como respuestas horizontales a la modernización dando por tierra con el remanente dependientista y los enfoques cerradamente nacionalistas (MORAÑA, 1997, p. 143).

A ideia de trocas culturais atravessa, pois, todas essas reflexões, mas sem esconder a evidência de que o movimento de transculturação é sempre marcado por relações assimétricas de poder. Não é, pois, por acaso, que tais teorias são produzidas no contexto da América Latina ou nos lugares que acolhem os latino-americanos em diáspora, mesmo que saudadas em outras paragens.

No Brasil, em ensaio dos anos 90, Silviano Santiago postula uma alteração na estratégia de leitura da questão da dependência cultural, mostrando que as noções de fonte e influência seriam princípios etnocêntricos. Utilizando-se da noção de suplemento de Derrida e do conceito de antropofagia cultural de Oswald de Andrade, bem como da ideia de traição da memória, o crítico propõe um corte radical no discurso colonialista e, com o objetivo de desconstruí-lo, mostra que seríamos, apesar de dependentes, universais (SANTIAGO, 1982). Posteriormente, afirma que a América deixa de ser a cópia infeliz e ressentida de ontem, para ser cópia alegre e afirmativa hoje (SANTIAGO, 1987, p. 35). Como cada reflexão é forçosamente historicizada, há de se chamar atenção para outro estudo de Silviano Santiago sobre o que chama duas formas de multiculturalismo. O primeiro, “cuja referência lumina em cada nação pós-colonial é a civilização europeia ocidental tal como definida pelos conquistadores e construída pelos colonizadores originais e pelas levas dos que lhes sucederam [seria o] “multiculturalismo cordial” (SANTIAGO, 2004, p. 54), através do qual “fala a voz impessoal e assexuada do Estado-Nação que, retrospectivamente, tinha sido constituído no interior do *melting-pot*” (SANTIAGO, 2004, p. 56). Esse processo teria como dominantes “o extermínio dos índios, o modelo escravocrata de colonização, o silêncio das mulheres e das minorias sexuais” (SANTIAGO, 2004, p. 56). A segunda forma de multiculturalismo³, no bojo da globalização, passaria a considerar o grande número de imigrantes pobres presentes nas grandes cidades, além dos “grupos étnicos e sociais, economicamente desfavorecidos” (SANTIAGO, 2004, p. 59).

Também Arnaldo Rosa Vianna Neto (2005) fala de “novos sujeitos metropolitanos” e de “periferias ingovernáveis”:

Nessa nova forma de metrópole, onde se instaura um outro *logos* urbano, plural e dialógico, dissolve-se o conceito histórico de sociedade civil como símbolo emblemático da modernidade, ou seja, a dialética entre Estado e

³ Observe-se que o autor usa o termo de multiculturalismo, no segundo caso, como ganho, enquanto García Canclini (2005) já o percebe mais negativamente, propondo que a diversidade aí estaria, de alguma forma, ameaçada.

sociedade não resiste à globalização e à abertura sem fronteira dos mercados (VIANNA NETO, 2005, p. 293).

Pode-se perguntar, então, diante desse cenário, que configurações tomariam o espaço público, já que perdeu suas fronteiras, seja pela crise do Estado, seja pela formação de grupos, ora abertos e favoráveis ao diálogo, ora fechados em guetos. Para Vianna Neto, a questão básica seria saber como conciliar a complexidade do diverso com a unidade política e a coesão social (VIANNA NETO, 2005, p. 294). Mesmo considerando que os conflitos sociais são hoje marcados por reivindicações de pertencimentos étnicos e culturais e não por uma consciência de classe, Vianna Neto observa que “as lutas pelo reconhecimento cultural-identitário [estão] ligadas às da redistribuição de riqueza e de poder” (VIANNA NETO, 2005, p. 295).

Assim sendo, vê-se que, na forma de multiculturalismo cordial (SANTIAGO, 2004, p. 54), dirigida pelo conceito de nação, há de se formar um povo que sustente essa entidade; em nome desse deus maior, todos os caminhos levam a Roma, ou seja, mesmo o conceito de transculturação, que se constrói contra aquele de aculturação, admite que o sofrimento de alguns se faz necessário por “uma causa nobre”. Daí surgirem os mecanismos de resistência, como os descritos por Arguedas, ou mesmo as teorias que reivindicam um lugar para os subalternos, como a da antropofagia ou a do entre-lugar. Aí se encaixa a própria teoria da heterogeneidade de Cornejo-Polar, quando alerta para o risco de uma “escrita que se julga plena e representativa, quase como metáfora de um Estado que se identifica ideologicamente contra qualquer evidência, com a totalidade do corpo social da nação” (CORNEJO POLAR, 2000, p. 293). Continua o autor em tom irônico:

De certo modo, é um momento feliz: a linguagem da arte está em paz com a fala da rua, a escrita com a oralidade, e tudo em uma ordem voluntariosamente conciliadora, homogeneizante, que, na organizada superfície da página escrita, encontra – crê encontrar – uma figuração social alentadora (CORNEJO POLAR, 2000, p. 293).

Hoje, quando o conceito de povo, mesmo tomado em sua complexidade, mais do que nunca não dá conta da multidão em suas singularidades (HARDT e NEGRI, 2005), há de se repensar o lugar daqueles que, em nome de Deus, do Estado ou do próprio homem (humanismo), foram deixados de fora da *polis*, da esfera pública, da cidadania. Não se trata apenas de admitir que outras formas de alfabetização devam ser consideradas ou se o que importa é transformar a informação em conhecimento (SANTIAGO, 2004, p. 129). Antes é preciso considerar também o conhecimento que foi e é descartado como lixo em nome da Razão Iluminista, seja o dos países considerados em desenvolvimento, seja o dos grupos excluídos da ordem social e econômica.

Não é sem razão que Baudrillard se utiliza de metáforas como detrito e reciclagem, para mostrar o que chama “uma paródia da cultura por ela própria como forma de vingança de uma desilusão radical. É como se a história criasse as próprias lixeiras e procurasse a redenção nos detritos” (BAUDRILLARD, 1995, p. 44). De acordo com o autor, esses detritos devem ser reciclados para não passarem a girar indefinidamente como satélites em volta da Terra, ela própria regressada ao estado de detrito cósmico (BAUDRILLARD, 1995, p. 45). O “lixo” deixado pelos processos de transculturação deixa-nos perceber formas culturais singulares, seja nos processos da

colonização propriamente dita, seja nos processos de colonização que atravessam cada sociedade, induzindo à homogeneização e/ou à desqualificação daquilo que não é produzido pelos agentes sociais reconhecidos por “mérito próprio” ou pelo aval de outros.

Na discussão dos conceitos de transculturação e multiculturalismo, importa, pois, sublinhar a questão que orienta esta reflexão, a da exclusão social. Isso porque a discussão do conceito mostra que, mesmo que a cartografia do mundo tenha se alterado e os termos usados para descrever as relações entre países não sejam os mesmos, tais relações são sempre atravessadas por lugares de poder. Por isso mesmo, nem a análise do antropólogo Malinovski, nem a do sociólogo Antonio Candido, sobre a relação dos países latino-americanos com os Estados Unidos ou entre si, se sustentam no panorama que se descortina em nossa região e no mundo. Visto por esse ângulo, ao lado da discussão das trocas culturais entre países, faz-se essencial, na atual conjuntura mundial, discutir tais interações culturais dentro do país, consideradas, é claro, no contexto geral dos mapas relacionais formados pelas redes de ação coletiva. Scherer-Warren (2006, p. 216-217) divide essas redes em duas categorias: “coletivo em rede” e “redes de movimentos sociais”, e afirma:

Coletivo em rede refere-se a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjuntas, como são, por exemplo, os *links* e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da *internet* ou de outras formas de mídia alternativa (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216).

Por outro lado, afirma que a rede de movimentos sociais é mais complexa na medida em que “transcendem organizações empiricamente delimitadas”, conectando

[...] simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo em um processo dialógico [...] de identidades sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas [...] e de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação, dominação ou exclusão sistêmica (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216).

Muitos são os movimentos que, marcados pela parceria entre grupos sociais diversos, mobilizam agentes culturais também diversos, como intelectuais, moradores de rua, artistas, entre outros. Nesse movimento entre o local e o global constroem-se produtos híbridos, de enunciação compósita. É este o caso dos *streetpapers*, jornais criados para serem vendidos por pessoas que moram nas ruas das grandes cidades, entre os quais se encontra *Ocas*, circulando em São Paulo e no Rio de Janeiro. Além de integrar a rede internacional de jornais de rua (*International Network Street Papers – INSP*)⁴, essas revistas se caracterizam por parcerias entre segmentos sociais diversificados, na busca de uma linguagem diferente das mídias mais usuais, em que, em geral, os segmentos sociais menos aquinhoados não têm vez nem voz, como explica Denise Mota, em entrevista:

A *Ocas* é uma revista criada por conta de um projeto social. Isso é o ponto

⁴ Disponível em: www.street-papers.org/11.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

zero da publicação. Assim sendo, a voz das pessoas em situação de rua tem que estar sempre, em todas as edições, contemplada. Para isso, temos uma seção (que existe desde o número 1 da *Ocas*), chamada “Cabeça sem teto”. Também temos por norte publicar reportagens exclusivas; não republicamos textos, a não ser artigos que saem na chamada mídia alternativa e textos de ONGs que apoiamos, que não têm suficiente divulgação de seus trabalhos e que, por isso, cedemos espaço (uma página) para que mostrem o que fazem, caso do “Becos & vielas”, publicado por 2 anos na *Ocas*, do “Olhares do morro” (publicado por 1 ano), da “Expedição vaga-lume” (1 ano), e mesmo do Teatro da Vertigem, que publicou na *Ocas*, por 1 ano, o processo de construção do seu espetáculo teatral. Nesse caso, foi uma opção da *Ocas* a de reunir um texto exclusivo mensal e uma aposta na maior integração entre o público, a rua e o artista, eixos também do trabalho do Vertigem. Quanto às pautas principais, a *Ocas* procura sempre temáticas interessantes que valorizem iniciativas sociais, e as áreas em que mais publica são as de cultura, cidadania, comportamento e política. Agora estamos começando a publicar mais reportagens de esporte, uma das nossas metas do ano passado (MOTA, 2006)⁵.

Observe-se que nessas parcerias altera-se o lugar do intelectual, já que, se antes este se queria divulgador da cultura dada como superior, mediador da civilização ou doador de “biscoitos finos” à massa, hoje, desconfiando de sua própria capacidade de falar pelo outro, articula-se em grupos diversificados. Um bom exemplo é dado por reportagem da *Ocas* sobre o grupo Teatro do Meio, mostrando como a encenação da peça “A ralé ainda pulsa” opera a mistura de pessoas e personagens, realidade e ficção, envolvendo o espectador no ambiente de miséria, obrigando-o a olhar com outros olhos o que vê todos os dias na cidade. Também aí a arte ocupa espaços degradados, incorporando sua linguagem:

No teatro, a pobreza e a desigualdade social são exploradas por personagens marcantes, todos habitantes do cortiço: há o trabalhador, há o dono da pensão, cuja esposa o trai com um morador, há um velho contador de histórias, há uma atriz que declama poesias. Nos diálogos, entre temas como alcoolismo, delitos e violência, impera a desesperança. O texto, denso e cruel, desaba na plateia de maneira implacável: é a realidade que muitos ignoram no dia-a-dia (RIBEIRO *et al.*, 2006, p. 10).

Embora o título da reportagem (“O castelo e o cortiço ainda pulsam”) evidencie a velha dicotomia entre a casa-grande e a senzala, que vem marcando a sociedade brasileira, o que a reportagem e a peça evidenciam é a busca de uma linguagem de interseção que condense e/ou desvele os hiatos entre os segmentos sociais. Não é por acaso, pois, que a mesma revista, divulga na seção “Cranianas”, em que escrevem artistas e acadêmicos, um texto intitulado “‘Arte/cidade’ e fazeres dos sem-teto de Brasília”. Sainy Veloso, professora do Centro Universitário de Brasília, doutoranda em História na UnB, faz um percurso contrário ao dos artistas que criam a partir dos problemas e mesmo das tragédias urbanas. É que ela lê como arte de denúncia as habitações dos sem-teto na capital do país. A professora compara as tendas de plástico preto que “sujam” a modernidade da cidade de Brasília com os *Homeless Vehicles* (1988-89) do artista multimídia polonês Krzysztof Wodiczko, e afirma:

⁵ Este trecho é parte da entrevista realizada pela autora deste artigo, com Denise Mota, em 23 de janeiro 2006, via e-mail.

São pequenos acontecimentos e fazeres como a casa moradia dos sem-teto que desempenham o papel de ativador criativo e existencial, quando, ao se diferenciarem de formas tão “perfeitas” e ordenadas como as da cidade de Brasília, se opõem aos poderes constituídos e identidades fabricadas [...] Os sem-teto rompem o campo significacional dominante, com suas tendas de plástico preto e seus objetos. Paulatinamente, vão se instituindo espaços públicos no espaço urbano de Brasília, desencadeando um processo de singularização que só a arte incita (VELOSO, 2006, p. 30).

Dessa forma, conclui-se que o olhar da estudiosa vê no ato político da ocupação urbana a rasura na linguagem instituída. Ora, não seria esse o papel do intelectual contemporâneo? Romper o campo significacional dominante, rasurar o discurso instituído, provocando deslocamentos? O papel de rasurar a linguagem dominante, seja do jornalista, do político, do religioso, do cientista ou do educador, não pode mais ser reservado a um segmento que o receberia como missão salvacionista da humanidade. Pelo contrário, o que se observa são parcerias na busca de novas linguagens em um mundo de fronteiras deslizantes, de olhares não dispersos, mas difusos, que deem conta da diversidade de agentes e de ações. O que se busca são novas formas de abordagem de pedaços de linguagem, detritos do conhecimento instituído, e, para isso, muitas vezes há de se utilizarem ferramentas diversas. Ilustrando ainda o lugar dos detritos, importa mostrar como na revista *Ocas* há, por exemplo, inúmeras reportagens sobre o grafite em sua relação com a pichação. Na reportagem “Os riscos da expressão urbana, o universo da pichação” (VIANA *et al.*, 2005, p. 10), na seção “Cabeça sem teto”, do número 37 da revista, vê-se a tentativa de se ler uma linguagem que até então foi vista apenas como vandalismo com depredação dos bens públicos e particulares.

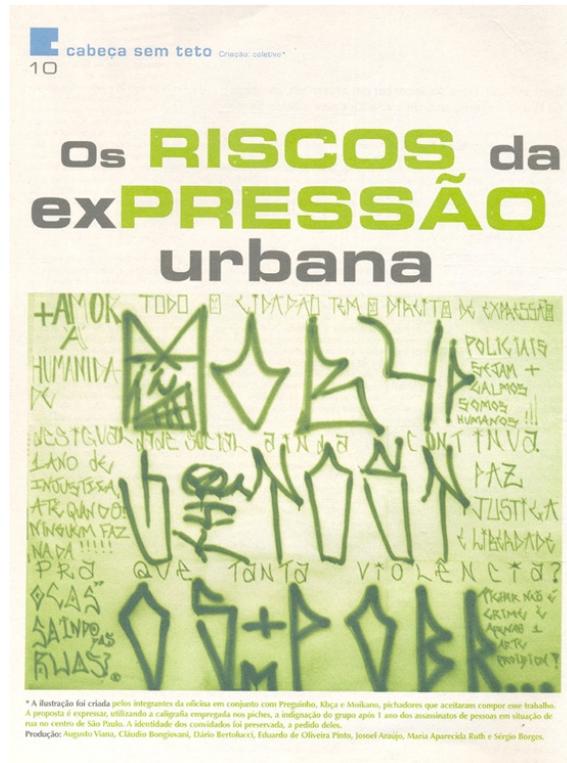


Figura 1– Os riscos da expressão urbana. Fonte: *Ocas*, n. 37, agosto de 2005.

No caso da gravura acima, entre outros temas, protesta-se contra o assassinato de pessoas em situação de rua no centro de São Paulo. Ao explicarem sua atividade, porém, os pichadores revelam estar também inseridos no jogo social que confere fama aos que conseguem expressar publicamente suas ideias:

A gente só é conhecido pelo nome (apelido utilizado no picho). Mas, se eu faço um picho lá na Sé, alguém que é da zona Sul passa e vê. O pichador também quer fama. Eu acho legal passar e ver o meu picho” (PREGUINHO *apud* VIANA *et al.*, 2005, p. 11).

Eu picho como uma forma de protesto e de diversão... eu acho que, ao invés de eu pichar, eu poderia estar roubando ou fazendo algo mais grave, que me prejudicaria mais. Prefiro pichar (MOIKANO, *apud* VIANA *et al.*, 2005, p. 11).

Pelo conhecimento, pela amizade. É uma forma de você se expressar na sociedade, que te critica. Você quer mostrar pro pessoal que você pode alguma coisa (KBÇA, *apud* VIANA *et al.*, 2005, p. 11).

Interessante observar a consciência desses rapazes dados como marginais, quando, por exemplo, apontam que a pichação é taxada de crime, mas a publicidade pintada nos muros não incomoda da mesma forma. No número 42, de janeiro de 2006, a revista faz do assunto grafite sua matéria de capa – “Sociedade do grafite”, mostrando seu trânsito entre a marginalidade e a inserção no mercado por meio da academização e da institucionalização dessa prática artística. O grafite sai das ruas e integra bienais de arte, exibindo-se como linguagem intervalar entre o alternativo e o convencional. Na

mesma matéria mostra-se a arte de Zezão, artista plástico marginal que pinta em galerias de esgoto. Paradoxalmente, circulando em espaços deteriorados, esse agente cultural explora o circuito que lhe é permitido, expondo os avessos da sociedade:

“Meu grafite, o verdadeiro mesmo, o original, que eu acho que é o da rua, tem o papel de apontar um espaço deteriorado da cidade”, pontua Zezão. Também tem a função de levar arte às pessoas da periferia e em situação de rua que não têm acesso a museus e galerias. “Vou para levar informação a esse povo. Peço licença para entrar no espaço e falo que vou fazer uma arte para essa pessoa. Que eu vou deixar esse pedaço de mim, que vou fazer com amor, com o coração” (CATUOGNO, 2006, p. 19).

Da mesma forma, com iniciativas como as dos saraus de poesia da Cooperifa⁶, a escrita sai do espaço escolar, acadêmico, e depois volta a ele, como se pode ver com a ousada iniciativa da já citada pesquisadora e professora Heloísa Buarque de Holanda, que, em parceria com a doutoranda Numa Ciro, em Ciência da Literatura na UFRJ, criou um curso de extensão intitulado “Universidade das Quebradas”,

[...] com o intuito de beneficiar os autênticos artistas urbanos cariocas (DJs, rappers, MCs, grafiteiros, poetas, escritores, *slammers*, educadores sociais, arte-educadores, entre outros) ao contato direto com conhecimentos diversos de educação e cultura, exclusivos na maioria das vezes a uma pequena parcela formadora de opinião em nossa sociedade (DJRT, 2009).

A pergunta que move essa reflexão é justamente se esses movimentos se delineiam como novos modelos de transculturação, que envolvem formas de intervenção no espaço público, hoje com outras configurações e outras denominações, em que segmentos alijados da ordem social buscam se instituir como sujeitos. Observe-se que rua e mídia entram nessa equação como metonímias do espaço público enquanto espaço de intervenção de sujeitos sociais na negociação por seus direitos, inclusive o de voz.

Não por acaso, a crítica latino-americana continua a forjar questões e tentativas de respostas relativas à difícil questão das diferenças culturais e sociais. Nesse sentido, há de se investigar se o conceito de intercultural revisitado, sob a ótica das redes, por Canclini (2005), que o usa apontando para sua diferença com multicultural⁷, visto como justaposição de etnias ou grupos em uma cidade, seria mais produtivo na leitura desse tipo de relações culturais. Diz o autor:

Sob concepções multiculturais, admite-se a diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e o entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: multiculturalidade supõe aceitação do heterogêneo; interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociações, conflito e empréstimos recíprocos (CANCLINI, 2005, p. 17).

Não é fortuita a escolha do título do livro em que circula tal conceito, *Diferentes*,

⁶ Cooperativa dos Poetas da Periferia, fundada em 2000, pelo poeta Sergio Vaz.

⁷ Vale observar que Eduardo Coutinho chama atenção para os riscos da importação do próprio conceito de multiculturalismo, referindo-se, por exemplo, a um multiculturalismo transculturado nas importações de teorias contemporâneas (COUTINHO, 2003).

desiguais e desconectados, em que Canclini amplia a rede que se abre sob esses rótulos, relativizando os mecanismos de exclusão e inclusão. Discutindo três diferentes modelos para se pensar a questão, ele propõe: “precisamos pensar-nos simultaneamente como diferentes, desiguais e desconectados, ou melhor, como diferentes-integrados, desiguais-participantes e conectados-desconectados” (CANCLINI, 2005, p. 99).

Não é por acaso que também ele, na conclusão de seu livro, se pergunta “em que está se convertendo o espaço público?” (CANCLINI, 2005, p. 265). E, à guisa de resposta, fala sobre a importância da formação de sujeitos. Nesse sentido, vale lembrar uma regra linguística básica referente à constituição do sujeito na linguagem: no processo enunciativo, o *eu* se constrói face ao *tu* (BENVENISTE, 1995). Ora, o jogo social costuma ser jogado no silenciamento desse tu quando ele é dado como diferente. Por isso mesmo, o tu se faz ele, não-pronome, coisa de que se fala.

Dessa forma, o fim da transculturação provocado pelo suicídio de Arguedas, como bem estudado por Moreiras (2001, p. 237), seria sim o fim de um modelo, o daquele em que alguém fala pelo outro, em troca de um em que o intelectual percebe que seu papel não é mais o do intermediário, o do mediador, pois essa sua missão é falida de antemão. Por isso mesmo, Cornejo-Polar já problematizava a mediação letrada, chamando a atenção para a importância da contradição em uma literatura vista

[...] como construção de vários sujeitos social e etnicamente dissímiles e confrontados, de racionalidades e imaginários distintos e inclusive incompatíveis, e tudo no interior de uma história densa, em cuja espessura acumulam-se e desordenam-se vários tempos e muitas memórias (CORNEJO-POLAR, 2000, p. 296).

As trocas culturais não se interrompem, o que pode mudar são as relações de poder que as permeiam. Na assunção do discurso dá-se a construção da pluralidade de sujeitos e, aí sim, efetiva-se a troca, seja linguística, seja cultural. Não importa, pois, que nome se dê a esse processo: multiculturalismo, interculturação e/ou transculturação; os conceitos trazem consigo uma carga semântica que não pode ser desprezada, mas é justamente por isso que podemos utilizá-los como ponto de partida, desde que o processo seja contextualizado histórica e culturalmente, permitindo-nos vislumbrar as relações de poder que atravessam cada processo. Não seria este um dos papéis da Literatura Comparada: lidar com a diferença em sua complexidade? Devemos, pois, nos perguntar se os limites da disciplina são suficientes e eficientes para lidar com tal complexidade, ou se sua configuração seria justamente a de uma transdisciplina por transitar em espaços vários em busca de histórias e trajetórias várias (MASSEY, 2008). Mais do que isso, a Literatura Comparada, cruzamento de culturas e discursos, faz-se ela própria forma de intervenção no espaço público.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Flávio e VASCONCELOS, Sandra (organização). *Angel Rama: literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- ARGUEDAS, José Maria. *El zorro de arriba y el zorro de abajo*. Madrid: ALLCA XX, 1997.

- BAUDRILLARD, Jean. *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*. Trad. Manuela Torres. Lisboa: Terramar, 1992.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Fontes, 1989.
- GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias pra entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: MORENO, César Fernández (organização). *América latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 343 - 362.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 140-162.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976.
- CATUOGNO, Natalie. Muito além das ruas. *OCAS*, n. 42, p. 16-19, 2006.
- CORNEJO-POLAR, Antonio. Mestizaje, transculturación, heterogeneidad. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. Año 20, n. 40 (1994), p. 368-371.
- _____. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Organização de Mario Valdés. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- COUTINHO, Eduardo. “Teorias transculturadas” ou a migração de teorias na América Latina. In: _____. *Literatura comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. p. 113-121.
- DE LA CAMPA, Roman. Hibridez posmoderna y transculturación: política de montaje en torno a Latinoamérica. *Hispanica*, n. 69, 1994. p. 3-22.
- DJRT. Universidade das quebradas formará intelectuais da cultura urbana. [Online]. Disponível em: <www.bloomhiphope.com.br>. Acesso em: 13 de novembro de 2009.
- FELL, Eve-Marie. Introducción de la coordinadora. In: ARGUEDAS, José María. *El zorro de arriba y el zorro de abajo*. Madrid: ALLCA XX, 1997. p. XXI – XXVII.
- FIGUEIREDO, Eurídice (organização). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: UFF, 2005.
- REIS, Nívea Maria de Freitas. Transculturação e transculturação narrativa. In: FIGUEIREDO, Eurídice (organização). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: UFF, 2005. p. 465–488.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MALINOVSKI, Bronislaw. Introducción. In: ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Habana: Universidad Central de Las Villas, 1963. p. XI - XIX.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.
- MAZZOTTI, J. Antonio y CEVALLOS, U. Juan (edición). *Asedios a la heterogeneidad cultural: homenaje a Antonio Cornejo Polar*. Philadelphia: Asociación Internacional de Peruanistas, 1996.

- MORAÑA, Mabel. Ideología de la transculturación. In: *Ángel Rama y los estudios literarios latinoamericanos*. Pittsburg: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 1997.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Habana: Universidad Central de Las Villas, 1963.
- RAMA, Angel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.
- _____. *La crítica da la cultura en America Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.
- _____. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, C. L. *et al.* O castelo e o cortiço ainda pulsam. *OCAS*, n. 46, p. 10, jun. 2006.
- SANTIAGO, Silviano. Prosa literária no Brasil atual. In: _____. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 24 – 37.
- _____. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Céres (organização). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 217-227.
- VAZ, Sérgio. *Cooperifa - antropofagia periférica*. São Paulo: Aeroplano, 2008.
- VELOSO, Sainy. “Arte/cidade” e fazeres dos sem-teto de Brasília. *Ocas*, n. 46, p. 30, jun. 2006.
- VIANA, Augusto *et al.* Os riscos da expressão urbana. *Ocas*, n. 37, p. 10, ago. 2005.
- VIANNA NETO, Arnaldo Rosa. Multiculturalismo e pluriculturalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice (organização). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: UFF, 2005. p. 289 - 311.